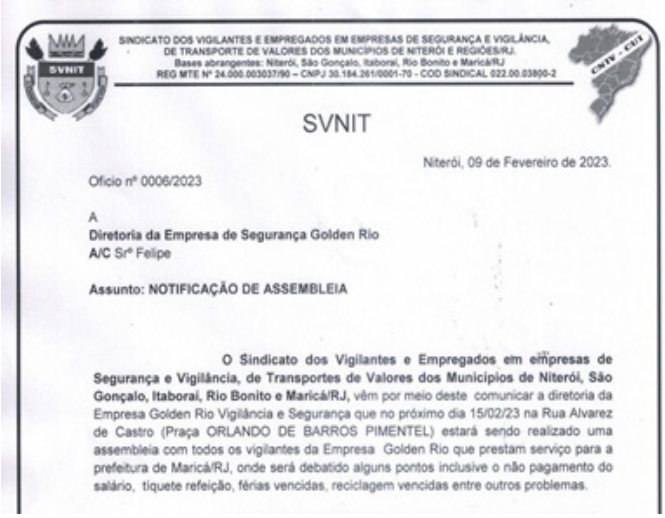
NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 10/Fev

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2911/2023

NITEROI/RJ

SINDICATO SVNIT, CONVOCA ASSEMBLEIA PARA OS VIGILANTES DA EMPRESA GOLDEN RIO QUE TRABALHAM NA PREFEITURA DE MARICA/RJ



SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, DE TRANSPORTE DE VALORES DOS MUNICÍPIOS DE NITERÓI E REGIÕES/RJ.
Base abrangentes: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá/RJ
REG MTE Nº 24.000.003037/90 – CNPJ 30.184.261/0001-70 - COD SINDICAL 022.00.03800-2

SVNIT

Niterói, 09 de Fevereiro de 2023.

Oficio nº 0006/2023

A
Diretoria da Empresa de Segurança Golden Rio
A/C Srº Felipe

Assunto: NOTIFICAÇÃO DE ASSEMBLEIA

O Sindicato dos Vigilantes e Empregados em empresas de Segurança e Vigilância, de Transportes de Valores dos Municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá/RJ, vêm por meio deste comunicar a diretoria da Empresa Golden Rio Vigilância e Segurança que no próximo dia 15/02/23 na Rua Alvarez de Castro (Praça ORLANDO DE BARROS PIMENTEL) estará sendo realizado uma assembleia com todos os vigilantes da Empresa Golden Rio que prestam serviço para a prefeitura de Maricá/RJ, onde será debatido alguns pontos inclusive o não pagamento do salário, tíquete refeição, férias vencidas, reciclagem vencidas entre outros problemas.

O Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões, convocou uma assembleia com todos os vigilantes da empresa de Segurança Golden Rio para o dia 15/02/23, a assembleia será realizada Rua Alvarez de Castro (Praça Orlando de Barros Pimentel), onde os vigilantes vão avaliar e tomar decisões sobre o que será feito.

A empresa Golden Rio vem já alguns meses atrasando o pagamento de salário, tíquete refeição, não fornece as ferias no prazo legal e ainda segundo denuncias tem vigilantes com reciclagem vencidas.

Segundo denuncias dos vigilantes essa situação esta ficando insustentável, a direção do Sindicato svnit, tenho buscando todos os meses cobrar da empresa os pagamentos e da prefeitura um posicionamento, pois os trabalhadores sem salário, sem tíquete refeição estão passando fome, sem poder levar alimentos para sua família e sem condições de levar alimentação para o posto de serviço mais não esta dando resultado.

Mediante isso a direção do sindicato convocou essa assembleia para que juntos com os trabalhadores possamos encontrar um meio de pressão para que essa situação se resolva.

Não é justo trabalhar o mês todo e chegar na data do pagamento não receber.

O Sindicato Svnit mais uma vez vai esta ao lado do trabalhador cobrando o que é de direito.

edital de Convocação

Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança, de Vigilância, de Transporte de Valores e Similares dos Municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá/RJ

Nos termos do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocamos todos os Vigilantes da empresa de Segurança Golden Rio, Associados ou Não que trabalham para a prefeitura de Maricá/RJ para a Assembleia Geral Extraordinária no dia 15 de Fevereiro de 2023 (quarta feira), as 09:30hs em primeira convocação e as 10:00hs e em segunda e ultima convocação com qualquer números de presentes, no seguinte endereço Rua Alvarez de Castro (Praça Orlando de Barros Pimentel), com a seguinte ordem do dia: (a) debater a proposta de paralisação coletiva da prestação de serviços da categoria; discutir e aprovar o percentual mínimo no posto de serviço de acordo com a legislação em vigor, (c) assuntos gerais. Niterói, 09 de Fevereiro de 2023. Claudio José de Oliveira – Presidente

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões

PLANTÃO OLHO VIVO
SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF
Fevereiro/2023

ATENÇÃO VIGILANTES QUE PRESTAM SERVIÇO NA SECRETARIA DE SAÚDE PELA IPANEMA

SE O PAGAMENTO NÃO SAIR ATÉ AS 18H DE SEXTA, 10/02/2023, É PARALISAÇÃO GERAL EM TODOS OS POSTOS DA IPANEMA

Impossível entender essa lógica de empresas que atrasam salários repetidas vezes, como é o caso da Ipanema, e nada, absolutamente nada, é feito pelo GDF.

Os transtornos causados aos vigilantes por conta desses atrasos são revoltantes. O vigilante trabalha, cumpre suas obrigações e, no quinto dia útil do mês, com as contas e compromissos chegando, não recebe o salário.

Até quando? Até quando teremos que paralisar as atividades para resolver a situação?

Fiquem atentos e mobilizados.

SE O PAGAMENTO NÃO SAIR NA SEXTA, 10/02/2023, É PARALISAÇÃO TOTAL A PARTIR DAS 07H DO DIA 13/02/2023 – SEGUNDA-FEIRA

TODO MUNDO EM FRENTE AOS HOSPITAIS DE SUA CIDADE COM DIRETORES DO SINDICATO PARA APOIAR A PARALISAÇÃO E A LOGÍSTICA DO MOVIMENTO

Governo suspende por 90 dias processos de registro sindical

O Ministério do Trabalho e Emprego suspendeu por 90 dias as decisões referentes aos processos de requerimento de registro sindical. Por meio desses requerimentos é que são criadas novas entidades sindicais no país – no caso, sindicatos, federações e confederações. A suspensão está prevista na Portaria nº217, publicada no Diário Oficial da União de hoje (6).

Segundo a pasta, a decisão se deve à necessidade de adequação às mudanças nas estruturas regimentais (nos quadros do governo federal e, em especial, do ministério) previstas no Decreto 11.359, de 1º de janeiro de 2023.

"Em decorrência disso, áreas internas do ministério estão em processo de reorganização do ponto de vista de infraestrutura humana e material, bem como de processos de trabalho, buscando com isso responder ao referido decreto", informou o ministério, acrescentando que se enquadram nesse processo de trabalho análises e publicações relativas a pedidos de registro sindical.

A suspensão não abrange processos com determinação judicial para cumprimento imediato.

Edição: Carolina Pimentel

Fonte: EBC Geral

Lula quer isentar já o Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos

Presidente tem se reunido com equipe econômica do governo para antecipar rapidamente a isenção de IR para quem ganha menores salários. Fernando Haddad estuda corrigir toda a tabela no 2° semestre

Enquanto estuda uma proposta de Reforma Tributária que contemple a isenção de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para trabalhadores e trabalhadoras que ganham até cinco salários mínimos, corrigindo toda a tabela no 2º semestre deste ano, o governo do presidente Lula (PT) vem articulando uma forma de beneficiar mais rapidamente os trabalhadores com rendimentos menores. Ele quer isentar de IR ainda neste semestre os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos (R$ 2.604).

Lula tem pressa e quer logo uma solução para os trabalhadores que ganham menos, que pode ser colocada em prática por meio de uma Medida Provisória (MP) e entrar imediatamente em vigor.

Ao mesmo tempo, a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, debate a proposta de Reforma Tributária que será encaminhada para análise e votação no Congresso Nacional. Neste caso, ficariam isentos cerca de 28 milhões

de trabalhadores que ganham até R$ 5 mil.

Hoje a tabela do Imposto de Renda permanece a mesma desde 2015, quando ainda no governo Dilma Rousseff (PT) houve a última correção. A tabela atual prevê isenção para quem ganha até R$ 1.903,98. Ou seja, com o passar dos anos e dado os reajustes salariais, quem ganha a partir de um salário mínimo e meio já tem descontos do IR na folha de pagamento.

No último ano de correção, quem ganhava até 2,4 salários mínimos – R$ 788 à época – era isento do IRPF

Medida emergencial

Um dos caminhos para a isenção pretendida pelo governo é a correção simples da tabela, alterando a faixa de isenção para o valor de dois salários mínimos.

A faixa passaria dos atuais R$ 1.903,98 para R$ 2.604. Duas ideias estão na mesa: 1) corrigir toda a tabela beneficiando quem ganha mais de dois salários; 2) contemplar com isenção de IR apenas quem ganha até dois salários mínimos.

A diferença entre uma é outra é o quanto o governo deixaria de arrecadar. Sem mexer nas demais faixas, a renúncia do governo com arrecadação é menor.

No caso da segunda opção, a isenção para o trabalhador seria efetivada na declaração de ajuste do IR, apresentada pelos trabalhadores à Receita Federal, todos os anos. A diferença paga voltaria ao trabalhador por meio da restituição no ano seguinte.

O que a equipe econômica vem estudando junto ao governo é uma solução para compensar a perda de receita, estimada em R$ 10 bilhões. Tributar os mais ricos – hipótese ventilada pelo governo – só poderia ser adotada a partir de 2024, de acordo com a regra de anterioridade do imposto de renda. Por essa regra, uma medida de aumento do IR só pode entrar em valor no ano seguinte

Isenção atual

Cobrada pelo movimento sindical desde que foi congelada, a correção da tabela do Imposto de Renda é fundamental para que haja justiça tributária e social no país. Na prática, trabalhadores com menores rendimentos que tiveram reajustes salariais nos últimos anos passaram a pagar o imposto ou mudaram de faixa de descontos.

Desde 2015, estão isentos os rendimentos mensais até R$ 1.903,98. A faixa máxima de desconto é R$ 4.664,68. Durantes os quatro anos de governo Bolsonaro, ainda que tenha prometido fazer a correção, a tabela continuou a mesma.

Base de Cálculo mensal (R$)	Alíquota	Parcela a Deduzir do IR
Até R$ 1.903,98	Isento	R$ 0,00
De R$ 1.903,98 até R$ 2.826,65	7,50 %	R$ 142,80
De R$ 2.826,66 até R$ 3.751,05	15,00 %	R$ 354,80
De R$ 3.751,06 até R$ 4.664,68	22,50 %	R$ 636,13
Acima de R$ 4.664,68	27,50 %	R$ 869,36

Como exemplo de mudança de faixa de contribuição, um trabalhador com salário de R$ 2.700, que teve um reajuste de 10% este, ano passou da faixa de desconto de 7,5% de 15%.

Outro exemplo, dos bancários, também retrata esta realidade. Um trabalhador que ganhava R$ 4.000 antes do reajuste de 8% nos salários, conquistado na Campanha Nacional de 2022, pagava R$ 396,18 de INSS e se enquadrava na faixa de desconto de IR de 15%.

Após o reajuste de 8% o salário passou a R$ 4.320,00. O desconto do INSS passou a R$ 440,98 e o trabalhador mudou para a faixa de desconto de IR de 22,5%.

Fonte: André Accarini | Editado por: Marize Muniz – CUT Brasil

TST decide que Banrisul não pode punir empregados que ajuizaram ações trabalhistas

O empregador não pode promover retaliações contra funcionários que moveram ações trabalhistas. Foi esse o entendimento da Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em processo envolvendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). Assim, o TST, vendo conduta ilícita, manteve determinação de que a instituição pare de realocar empregados que entraram com ações trabalhistas.

Em 2017, um grupo de funcionários moveu ação porque o Banrisul, uma semana antes, havia promovido descomissionamento de 80 trabalhadores que tinham entrado na Justiça pedindo pagamento de horas extras. Assim, o pedido era no sentido "de que o banco fosse proibido de adotar condutas discriminatórias contra esses trabalhadores, especialmente redução salarial e transferência".

Ainda na segunda instância, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4) entendeu que havia abuso do empregador e que as medidas adotadas "deixavam de lado a avaliação técnica para o exercício da função".

Assim, também de acordo com o TRT, a pretensão dos empregados "visava à proteção contra possíveis e prováveis atos discriminatórios e retaliações". O Banrisul recorreu.

No TST, a relatora do recurso apresentado pelo banco, ministra Delaíde Miranda Arantes, reconheceu o nexo entre os descomissionamentos e o ajuizamento das reclamações trabalhistas. "Ficou claro o abuso do poder diretivo da empresa", afirmou.

Foto: Reprodução

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

Inflação desacelera em janeiro e acumula alta de 5,77% em 12 meses

IPCA, que mede a inflação oficial do país, ficou em 0,53% em janeiro, no quarto mês seguido de alta; resultado veio abaixo das projeções

Hugo Barreto/Metrópoles

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, avançou 0,53% em janeiro deste ano, de acordo com dados divulgados nesta quinta-feira (9/2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi o quarto mês consecutivo de alta do indicador, mas o resultado significa uma desaceleração em relação a dezembro. No último mês de 2022, o IPCA ficou em 0,62%.

No acumulado de 12 meses até janeiro, a inflação oficial do país teve alta de 5,77%.

O resultado também veio abaixo das expectativas do mercado. O consenso Refinitiv projetava alta de 0,57% em janeiro e de 5,8% no acumulado de 12 meses.

Segundo o Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta de inflação para este ano é de 3,25%. Como há um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, a meta será cumprida se ficar entre 1,75% e 4,75%.

Em 2022, o Brasil teve inflação acumulada de 5,79%, acima do teto da meta estipulada pelo governo federal pelo segundo ano consecutivo.

Ao contrário do que parece, a inflação não é de todo mal. Quando controlada, é sinal de que a economia está bem e crescendo da forma esperada. No Brasil, por exemplo, temos uma meta anual de inflação para garantir que os preços fiquem controlados. O que não pode deixar, na verdade, é chegar na hiperinflação - quando o controle de todos os preços é perdido.

Em outras palavras, se há aumento da inflação, o dinheiro passa a valer menos. A principal consequência é a perda do poder de compra ao longo do tempo, com o aumento dos preços das mercadorias e a desvalorização da moeda.

Alimentação puxa alta

O maior impacto sobre o índice veio do grupo de alimentação e bebidas (0,59%), contribuindo com 0,13 ponto percentual. A batata inglesa subiu 14,14% e cenoura, 17,55%.

"As altas nesses dois casos se explicam pela grande quantidade de chuvas nas regiões produtoras. Por outro lado, observamos queda de 22,68% no preço da cebola, por conta da maior oferta vindo das regiões Nordeste e Sul, item que teve alta de mais de 130% em 2022", diz o gerente da pesquisa, Pedro Kislanov.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, somente o de vestuário teve variação negativa em janeiro (-0,27%). "Cabe registrar que foi a primeira queda no grupo após 23 meses seguidos de altas, com a última retração tendo sido registrada em janeiro de 2021", destacou Kislanova.

Veja a variação de todos os grupos pesquisados

- Alimentação e bebidas: 0,59%
- Habitação: 0,33%
- Artigos de residência: 0,70%
- Vestuário: -0,27%
- Transportes: 0,55%
- Saúde e cuidados pessoais: 0,16%
- Despesas pessoais: 0,76%
- Educação: 0,36%
- Comunicação: 2,09%

FONTE: METROPOLES

Marinho critica pejotização e diz que vai rever regras do MEI para evitar fraudes

Para o ministro, excessiva 'pejotização' dos contratos de trabalho piora a qualidade dos empregos

O governo federal está analisado e estudando mudanças em todas as formas de trabalho precário, sem direitos, sem benefícios, que infestaram o mercado de trabalho brasileiro depois do golpe de 2016.

Um dos alvos do governo é o caso dos microempreendedores individuais (MEI), trabalhadores sem carteira assinada, como manicures e pedreiros, sem direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e também MEIs que crescem e contratam trabalhadores sem direitos.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse em entrevista ao UOL essa semana que pretende reavaliar as regras do MEI para facilitar contratações com carteira assinada e evitar fraudes em leis trabalhistas.

Quando falou em 'pejotização', o ministro se referiu aos trabalhadores PJs, aqueles que têm de abrir empresas apenas para receber salário porque a firma onde vai trabalhar não assina a carteira, ou seja, não paga nenhum direito, só as horas trabalhadas. Se sair da firma não tem direito a seguro-desemprego nem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

"O MEI não é problema, ele é dono do carrinho de pipoca. [Mas se alguém] tem dez carrinhos e contrata dez pipoqueiros como MEI, [esses] são empregados, e o que se tem é uma fraude trabalhista", disse Luiz Marinho na entrevista.

Ampliar o teto de faturamento do MEI, que hoje não pode passar de R$ 81 mil (R$ 6.750 por mês), poderia gerar mais empregos com carteira. No Congresso Nacional está tramitando uma proposta que amplia para R$ 144,9 mil o teto de faturamento e permite a contratação de dois funcionários, ao invés de apenas um, como é a regra em vigor.

O ministro diz que a criação de diferentes faixas de contribuição faria empresas um pouco maiores pagarem menos imposto e, com isso, poderem contratar mais trabalhadores.

O problema é que isso poderia provocar uma redução na arrecadação do governo. Por isso, segundo Marinho, uma mudança dessa precisa de medidas que compensem essa perda e a saída pode ser a aprovação da reforma Tributária.

"Evidente que nós queremos empresas produzindo mais, com facilidade para produzir e diminuir a carga tributária. Mas é preciso que compreendam essa questão da carga tributária e a necessidade de pensar de maneira global [na arrecadação]. Então, o 1% dos bilionários têm que passar a pagar impostos", disse Luiz Marinho ao UOL.

FONTE: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF